



Grande Entrevista

Amílcar Silva

“É indispensável o alinhamento integral com as boas práticas”

O presidente executivo da Associação Angolana de Bancos (ABANC) fala do contributo da instituição para o melhoramento do sistema financeiro nacional, em matérias de *compliance* e supervisão.

POR FERNANDO BAXI | FOTOGRAFIAS NJOI FONTES





A

Apesar de o reconhecimento público do GAFI (Grupo de Acção Financeira Internacional), pelos progressos alcançados terem contribuído para melhorar a imagem do sistema bancário nacional, ainda está longe de ser considerado satisfatório. Ainda existe muito a fazer e a aperfeiçoar. Desde então, as questões de compliance regressaram com maior relevância ao dia-a-dia das instituições financeiras nacionais. Ainda recentemente, realizou-se um evento denominado "Compliance, Crimes Financeiros e Desafios das Relações de Correspondência Bancária para Angola", que teve como orador principal Shane Riedel, director de correspondência bancária e de compliance e crimes financeiros para instituições financeiras do Standard Chartered Bank, mas pouco se sabe do compromisso dos bancos nacionais no prosseguimento integral no alinhamento às boas práticas internacionais. Os bancos garantem que a única certeza, para já, é que deixaram de ser facilmente permeáveis à existência de crimes financeiros e outros do género. Por este motivo, o jornal *Mercado* auscultou o líder da associação que reúne as vozes dos players de toda a banca sobre os avanços, no que concerne à formação dos seus trabalhadores. Há ainda a questão da legislação existente e a capacidade dos bancos em pô-la em prática de modo a que o País tenha um sistema bancário confiável e preparado para negociar. Mas também o BNA, enquanto banco central, tem evoluído de modo a poder exercer as suas funções de

supervisão e a merecer credibilidade junto dos seus parceiros internacionais.

Como avalia o estado do sector bancário nacional, no que respeita à correspondência com as instituições bancárias nacionais?

Os bancos angolanos, neste momento, passam por enormes dificuldades nas suas relações de correspondência bancária, em especial no que toca à abertura e manutenção de contas de depósitos em USD. Isto deve-se ao rigor das exigências impostas pelos bancos americanos no controlo dessas contas, cujos titulares, ao não cumprirem com as normas e recomendações estabelecidas a nível mundial, representam um risco para o sistema financeiro internacional.

Concorda quando se qualifica o sistema bancário angolano de vulnerável ao branqueamento de capital e financiamento ao terrorismo?

Convirá recordar partes do teor do comunicado que a ABANC distribuiu em Março passado, logo após a visita feita ao nosso País pelo GAFI-Grupo de Acção Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo, em Fevereiro passado, justamente para avaliação do grau de implementação das suas recomendações a nível mundial, pois em anterior visita, em 2010, Angola foi avaliada pelo GAFI como sendo uma jurisdição com deficiências estratégicas no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Desse modo, aquela organização concluiu que o nosso País, naquela altura, representava um risco para o sistema financeiro internacional, pelo que, já em Junho de 2010, Angola assumiu o risco político, ao mais alto nível, de trabalhar com o GAFI para debelar as deficiências encontradas.

Em finais de 2015, a nova avaliação do GAFI permitiu constatar a existência de progressos significativos, motivados pela existência de um enquadramento legal e regulamentar que possibilitou a exclusão de Angola da lista dos países que representavam risco, deixando de estar sujeita ao monitoramento específico e permanente do GAFI.

Será que o facto de a imagem do País ter melhorado perante o GAFI pode ser já um indicador satisfatório para melhorar a imagem da banca nacional no contexto internacional?

O reconhecimento público do GAFI pelos progressos alcançados melhorou a imagem do nosso sistema bancário que, no entanto, ainda está longe de poder ser considerado satisfatório, pelo que continuamos a ter necessidade de melhorar consideravelmente. Esta situação ocasiona que alguns sistemas bancários dos países desenvolvidos, mormente dos Estados Unidos, mantenham reservas em relação aos nossos bancos.

Que passos devem ser dados para terminar a carga negativa da banca nacional, quando comparada com as instituições bancárias internacionais?

É indispensável prosseguir com o esforço de alinhamento integral com as boas práticas internacionais, o que tem sido feito através de iniciativas do BNA, da UIF e da ABANC, consubstanciadas em reforço constante de colaboração e relacionamento.

Como tem a ABANC contribuído para o crescimento do sector bancário, visto ser o órgão que representa os interesses dos bancos comerciais?

Do lado da ABANC, existe um compromisso inequívoco do sector bancário nacional na formação dos seus trabalhadores,



Do lado da ABANC, existe um compromisso inequívoco do sector bancário nacional na formação dos seus trabalhadores

Em Junho de 2010, Angola assumiu o risco político, ao mais alto nível, de trabalhar com o GAFI para debelar as deficiências encontradas

que aprofundam conhecimentos no manuseamento e aplicação dos procedimentos adequados para melhorar a sua identificação e integração segura, nas melhores práticas internacionais e, assim, ver ultrapassadas as reservas dos mercados, ainda existentes, na sua relação de correspondência bancária com os bancos nacionais.

Qual é o contributo da ABANC para o melhoramento do sistema financeiro nacional, no que diz respeito às matérias de compliance?

A ABANC teve também necessidade de criar um grupo de trabalho focado na temática do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, continuando a promover actividades de formação e debate do tema, através de conferências, workshops e seminários, como aconteceu, muito recentemente, com a realização de um evento denominado "Compliance, Crimes Financeiros e Desafios das Relações de Correspondência Bancária para Angola", que teve como orador principal Shane Riedel, director de Correspondência Bancária e de Compliance e Crimes Financeiros para instituições financeiras do Standard Chartered Bank.

Os procedimentos operacio-

nais da banca angolana podem ser considerados eficientes ao ponto de serem comparados com os dos bancos internacionais, sobretudo os alinhados ao BCE e à Fed?

Há um esforço enorme que está a ser posto em prática e que permitirá que a clientela dos bancos possa usufruir das vantagens que retira se utilizar os instrumentos financeiros hoje existentes em toda a parte, limitando, acentuadamente, a utilização de notas. Deixa assim de haver necessidade de importar essas notas naquelas quantidades astronómicas e que "assustavam" os nossos correspondentes, que têm normas e procedimentos rigorosos que devem aplicar nas suas relações comerciais.

Neste caso, ainda deve ser feito muito trabalho para se chegar aos patamares internacionais?

Daí a necessidade que tivemos de começar a inverter as nossas práticas, pois a situação por que estamos a passar no que concerne à abertura e manutenção de contas no exterior, pelos nossos bancos, motivada por práticas menos correctas, pode ser considerada de crítica nesta altura e a merecer a maior relevância e atenção de todos, autoridades e bancos.

As normas de regulamentação e supervisão do sistema financeiro estão longe de assegurar o pleno funcionamento da banca comercial?

Apesar do que afirmo anteriormente, devo dizer que a legislação existente e a capacidade dos bancos em pô-la em prática já melhoraram bastante e, embora ainda tenhamos muito a fazer e a aperfeiçoar, deixamos de ser facilmente permeáveis à existência de crimes financeiros e outros do género.

Qual tem sido a actuação do BNA, enquanto entidade



De pedra e cal no sector bancário

O percurso profissional de Amílcar dos Santos Azevedo da Silva na banca nacional confunde-se com a história do sector, mas já lá vamos. Amílcar Silva é natural de Cunhinga, província do Bié. Nos seus longos anos de vida, acompanhou bem de perto todos os altos e baixos da nação que ajudou a construir e especialmente a banca. Amílcar Silva foi director provincial do BNA em Benguela de 1980 a 1982. Nos cinco anos seguintes, ocupou o cargo de subdirector do BNA, para depois ascender a director, de 1987 a 1989. A sua competência e respeito granjeado fizeram com que fosse chamado a responder ao desafio de se tornar o vice-governador do banco central por dois anos. Com a criação do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Amílcar Silva foi o primeiro presidente do conselho de administração desta instituição de 1991 a 2001. Alguns anos depois, surge na génese do Banco Keve, como PCA, por um período de sete anos. De 2010 até à data, é o presidente executivo da Associação Angolana de Bancos (ABANC) e ainda preside à mesa da Assembleia Geral do Banco Keve e Global Seguros.



A ABANC teve necessidade de criar um grupo de trabalho focado no combate ao branqueamento de capitais

O reconhecimento público do GAFI pelos progressos alcançados melhorou a imagem do nosso sistema bancário

reguladora da actividade financeira do País, relativamente à matéria em análise? O BNA já emitiu muita legislação sobre esta matéria e outras seguir-se-ão, pois temos de nos ajustar às melhores práticas internacionais que também têm vindo a sofrer muitos ajustamentos. Se não estivermos capazes ao mais alto nível, dificilmente seremos um sistema bancário confiável e preparado para negociar.

Enquanto presidente da ABANC, como encara a governança dos bancos comerciais, tendo em conta a pretensão do BNA em introduzir algumas reformas, principalmente na constituição dos conselhos de administrações?

No que respeita à governação, é do conhecimento geral que os bancos têm vindo a ajustar-se e a cumprir com as determinações que sobre esta matéria já se encontram em vigor. Também aqui, à medida que os patamares de exigência forem subindo internacionalmente, teremos também de acompanhar para sermos compatíveis. De notar que não são só os bancos que se estão a ajustar. Também o BNA, enquanto banco central, tem evoluído de modo a poder exercer as suas funções de supervisão e a merecer credibilidade junto dos seus parceiros internacionais. ■